



## Lewandowski oficializa permanência do diretor-geral da Polícia Federal

**A permanência de Andrei Rodrigues no cargo foi oficializada após uma reunião que ocorreu nesta quarta-feira (24) no Ministério da Justiça.**



**Andrei Rodrigues, diretor-geral da PF — Foto: Amanda Perobelli/Reuters**

O novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, oficializou nesta quarta-feira (24) a permanência do delegado Andrei Rodrigues à frente da direção da Polícia Federal.

A permanência de Andrei Rodrigues no cargo foi oficializada após uma reunião que ocorreu nesta quarta-feira (24) no Ministério da Justiça.

Rodrigues é considerado nome de consenso entre atual gestão e a nova equipe que está sendo formada.

O delegado tem a confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e foi escolhido pelo mandatário para chefiar a PF.

O delegado liderou a corporação nas investigações envolvendo os atos golpistas e a crise nos territórios indígenas.

### **Quem é Andrei Rodrigues**

O chefe da PF cuidou da segurança de Lula durante a campanha eleitoral e fez parte da equipe de transição de governo. O delegado também chefiou, em 2010, a segurança da então candidata a presidência Dilma Rousseff.

Andrei exerceu o cargo de secretário extraordinário de Segurança para Grandes Eventos e atuou como responsável pela segurança da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

É graduado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas e mestre em Alta Gestão em Segurança Internacional pela e Universidad Carlos III, de Madrid, e pelo Centro Universitário de la Guardia Civil.

Andrei Rodrigues é o quarto nome oficializado por Lewandowski para a composição do ministério. O ministro começou a montar a nova equipe poucos dias após aceitar o convite de Lula.

Desde então, já já escolheu a nova chefe de gabinete e os novos secretário Nacional de Segurança (Senasp) e secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## **Veja os escolhidos**

### **Ana Maria Alvarenga Mamede**

Chefe de Gabinete

Ana Maria trabalha com o novo ministro desde 2010. Já foi chefe de gabinete de Lewandowski no Supremo Tribunal Federal (STF) e trabalha no escritório de advocacia dele em Brasília.

### **Mario Sarrubbo Sarrubbo**

Secretário Nacional de Segurança (Senasp)

Sarrubbo é procurador-geral de Justiça de São Paulo e comunicou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 17 de janeiro, que aceitou o convite de Lewandowski. Ele é considerado “linha-dura” na segurança e tem 34 anos de experiência atuando no Ministério Público. A escolha é vista como positiva por ministros do STF, que apontam o procurador-geral como alguém com experiência na área e uma visão mais pragmática da segurança.

### **Manoel Carlos de Almeida Neto**

Secretário-executivo do Ministério da Justiça

Com isso, Manoel Carlos é muito próximo a Lewandowski, Manoel Carlos já sinalizou para interlocutores que não teria como recusar uma nova missão ao lado do seu antigo chefe. Há oito anos, Manoel Carlos está na iniciativa privada e ocupa o cargo de diretor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Fonte: G1

# Governo fará nova portaria sobre trabalho aos feriados: veja o que vai mudar

**Novo texto irá dispensar apenas setores considerados essenciais da necessidade de acordo prévio com sindicatos, exceções podem passar de 200**



Comércio fechado em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira que o governo vai editar uma nova portaria para definir setores considerados essenciais e que ficarão excluídos da necessidade de acordo com sindicato para trabalho aos feriados. A lista de atividades ainda será definida, mas deve passar de 200, e conterà, entre elas, farmácia e postos de gasolina.

Segundo Marinho, a decisão ocorreu após negociações com sindicatos dos trabalhadores e patronais, e visam dar mais segurança jurídica. Ele apontou que as demais categorias poderão

ter trabalho aos domingos, desde que passem antes pela convenção.

A expectativa é de que a portaria seja editada até 5 de fevereiro, e terá vigência imediata, segundo o ministro.

— Fizemos o ajuste em todo o texto da portaria, que será republicada. Há uma bancada de relatores alterando o texto, que não apresentará hoje a versão final. A portaria anterior teve o único objetivo de provocar essa conversa nacional, com uma mesa permanente para discutir o tema, inclusive daqui para frente

— afirmou Marinho.

A reunião contou com três representantes dos trabalhadores, da CUT, CNTC e CSB, e também representantes da bancada dos empregadores, via CNC.

— A portaria do governo anterior agredia o que dizia a lei. A lei diz que fins de semana pode trabalhar, mas feriados precisa de negociação (com sindicatos) — disse o ministro.

Segundo Julimar Roberto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), órgão ligado a CUT, haverá um texto anexo na portaria definindo os setores que serão excluídos.

— Observamos que existem alguns tipos de trabalhos que precisam funcionar por conta do atendimento à população, trabalhos especiais. Farmácia, por exemplo, que pode salvar a vida de uma pessoa. É primordial. Esse é o ajuste que foi feito, com um anexo, de redação, dizendo quais poderão funcionar independente da negociação coletiva.

Ivo Dall'Acqua, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), que representou as empresas, explicou que a lista de exceções deve passar de 200. Segundo ele, a lei abrange apenas o comércio de produtos. Setores ligados aos serviços, como bares, restaurantes e hotéis, continuarão sem a necessidade de convenção.

— A lei não contempla bares e restaurantes, que são do grupo de turismo e hospitalidade. A portaria vai deixar claro as categorias que poderão funcionar 7 dias da semana, como hotéis, assim como outras atividades. A lei diz respeito a parte do comércio que cuida do atacado e varejo, comércio de mercadorias, compra e vendas. Por isso, a gente trata a excepcionalidade com cuidado para que todos tenham tratamento isonômico. Supermercado é comércio varejista de gêneros alimentícios e precisa de negociação — afirmou.

## **Mesa de negociação**

Marinho se reuniu com a representantes de entidades de trabalhadores e empregadores, que formam a Mesa Nacional de Negociação para negociar um acordo em torno da decisão que condiciona o trabalho no comércio aos feriados à negociação prévia com sindicatos.

Na visão do Ministério, a nova portaria vai “corrigir uma ilegalidade” contida em outra portaria, de 2021, que liberou o trabalho aos feriados sem a negociação coletiva. Ele já havia editado um texto, mas recuado, após críticas de entidades de classe e especialistas.

## **Vai e vem**

Em novembro, Marinho chegou a publicar uma portaria obrigando a convenção coletiva para todos os setores. Depois da reclamação, ele editou nova norma, adiando a medida para março, até que novas negociações fossem feitas. Nesta quarta, ele fez o anúncio de que setores essenciais serão excluídos dessa necessidade.

Para os domingos, se existir lei municipal autorizando o funcionamento, não há necessidade da norma coletiva.

Antes, não era necessário o acordo. A portaria anterior, de nº 617, publicada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, determinava que o empregador poderia comunicar aos funcionários que o estabelecimento abriria normalmente e a escala de trabalho, respeitando os direitos de folga.

Em novembro, Marinho havia revogado a antiga portaria e anunciado que iria retomar a negociação entre trabalhadores e empregadores.

Fonte: O Globo

# Argentinos tomam as ruas e mostram força contra pacote neoliberal do governo Milei

**Crise não pode ser pretexto para retirar direitos, diz central sindical, que estima 1,5 milhão de manifestantes no país**



Manifestantes tomam a Praça do Congresso, em Buenos Aires, em protesto contra o ajuste neoliberal do governo - Luis Robayo AFP

A manifestação popular contra o pacote de ajuste neoliberal do presidente Javier Milei tomou conta das ruas de Buenos Aires e das principais cidades da Argentina nesta quarta-feira (24), dia em que uma greve geral paralisou o país. Os organizadores estimam que cerca de 600 mil pessoas foram às ruas na capital e 1,5 milhão em todo o país.

Segundo o governo federal, eram 40 mil em Buenos Aires e, para a polícia, 130 mil. Em depoimento enviado ao Brasil de Fato, a

jornalista argentina Erika Gimenez, do portal ARG Medios, descartou as cifras. “O governo fala que havia 40 mil pessoas, mas isso é mentira. Tinha muito mais”, relata. Ela acusa a gestão de Milei de querer “vender o país”, e de uma forma muito rápida, já que o mandato começou há apenas 45 dias. “A Argentina tem um governo que não é defensor da maioria. Eles querem que os ricos fiquem mais ricos e os pobres, mais pobres”, analisa.

Apesar da troca de farpas entre sindicalistas

e membros do governo na véspera, com ameaças de repressão com base no protocolo de segurança criado pela gestão Milei, foi um protesto pacífico, que buscou pressionar o Congresso para rejeitar as propostas do governo, no momento em que os deputados realizam discussões acirradas sobre o tema, pressionados pela bancada governista.

Milei, que pretendia levar suas propostas ao plenário ainda nesta semana, recuou e propôs que o novo prazo seja a próxima terça-feira (30). Diante disso, a esquerda já cogita uma nova greve geral para o mesmo dia. “Na próxima terça, diante da sessão marcada pela Câmara dos Deputados, a CGT deve convocar uma nova greve, que deve ser de 24 horas e com mobilização”, postou no X o deputado Gabriel Solano, do Partido dos Trabalhadores.

No final da tarde, o presidente recebeu na residência oficial de Olivos a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, para uma avaliação sobre como transcorreu o dia de protestos e como o governo deve se articular a partir de agora para tentar colocar em prática seu programa.



Na Cidade do México, população saiu às ruas em solidariedade aos argentinos / Rodrigo Oropeza / AFP

Hector Daer, secretário-geral da CGT (Confederação Geral do Trabalho), que convocou a paralisação desta quarta, destacou em discurso que a manifestação reuniu pessoas de diversos espectros políticos, inclusive membros e apoiadores do partido União Cívica Radical (UCR), conservadores que representam uma das linhagens mais tradicionais da política argentina.

“Todos, unidos e organizados, vamos fazer essa luta para termos êxito na derrubada do DNU e na rejeição da Lei Ônibus”, afirmou, em referência ao decreto e ao projeto de lei apresentados por Milei logo no início de seu mandato. “Não vamos dar nenhum passo atrás. Viva o movimento trabalhista argentino!”, disse.

Embora as imagens da transmissão do evento mostrem predominância de partidários do peronismo, grupo político rival do radicalismo, ligado ao sindicalismo e derrotado por Milei na eleição, o dirigente radical Ricardo Alfonsín estava presente e explicou o motivo pelo qual seus correligionários também devem aderir ao movimento.

“Nós não vivemos com dignidade, ainda falta muito. Mas o problema é que o Milei quer exatamente o contrário. Quer um país neoliberal, em que as grandes corporações ditem as políticas econômicas. Como não estaríamos aqui hoje, como os radicais não estariam?”, questionou. Alfonsín afirmou que o DNU é inconstitucional, por isso deve ser rejeitado, e que Milei deve seguir os trâmites previstos na legislação se quiser mudar leis. “Não é sério apresentar um projeto de mais de 300 leis para ser tratado em 15 dias”, disse, a respeito do “pacotão” de projetos de lei conhecido como Lei Ônibus.

Em nota oficial, a CGT declarou que a manifestação foi realizada em defesa dos direitos, da divisão de poderes, da democracia e da Constituição Nacional. “Nenhum trabalhador pode ignorar a crise social e econômica que estamos vivendo. A inflação corrói os salários e dispara os preços a níveis inacessíveis, mas nenhuma crise pode servir de oportunidade para se arrasar com os direitos fundamentais de todos os argentinos”.

Pelas redes sociais, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, acusou os grevistas de estarem interessados em defender privilégios: “Sindicalistas mafiosos, gerentes da pobreza, juízes cúmplices e políticos corruptos, todos defendendo seus privilégios, resistindo à mudança pela qual a sociedade decidiu democraticamente e que o presidente Milei lidera com determinação. Não há greve que nos detenha, não há ameaça que nos amedronte”.

A nota da CGT respondeu essa acusação. “Que ninguém se engane. Não defendemos privilégios, nem benefícios especiais. Defendemos o direito de trabalhar dignamente, a uma aposentadoria digna, o direito à proteção social, o direito à saúde, ao desenvolvimento econômico, à exploração de nossos recursos naturais, o direito de nos manifestarmos e protestarmos, ao desenvolvimento cultural e científico.”

Germátwitn Martinez, presidente da coalizão peronista União pela Pátria, criticou Milei por “viver de costas para o Congresso” e ameaçar os governadores de suspender transferências para seus estados caso não apoiem seu pacote de ajuste.

O principal líder dos caminhoneiros, Pablo Moyano, dedicou parte de seu discurso a criticar a proposta de privatizar estatais, dirigindo-se aos deputados. “Irmãos, vocês não podem votar a privatização. Vão deixar milhões de trabalhadores na rua e vão vendê-las [as estatais] aos amigos do gerente que hoje nos governa, o das corporações nacionais e internacionais, o presidente Milei”, disse.

Dentro desse tema, criticou os legisladores peronistas da coalizão União pela Pátria pela forma como se portam nas discussões sobre privatização, nas quais estariam usando a estatal petrolífera YPF como “moeda de troca”, de modo que ela não seja vendida, mas outras estatais, sim. “Para onde estamos indo? Não podemos trair o peronismo. As empresas estatais não podem ser privatizadas!”, disse mencionando empresas como Aerolíneas Argentinas, Trenes Argentinos, Radio Nacional, as rodovias e o Banco Nación, entre outras.

A senadora pela província de Buenos Aires

Teresa García, da coalizão peronista Frente de Todos, se manifestou na mesma linha em entrevista a uma emissora de rádio. “Qualquer deputado ou senador peronista que vote a favor desta lei estará traíndo, primeiro, o sentido de sua existência no peronismo e, segundo, a pátria”.

Outro tema abordado por Moyano foi a proposta do governo de passar a cobrar imposto dos trabalhadores que recebem um salário mensal a partir de 1,35 milhão de pesos brutos (cerca de R\$ 8,1 mil), um faixa que até então estava isenta. “Aos governadores, deputados e senadores, dizemos que não se atrevam a impor novamente o imposto aos trabalhadores. Se são tão corajosos, imponham o imposto sobre as grandes fortunas, aumentem as retenções, coloquem retenções nas mineradoras!”, afirmou.

Protocolo de segurança

A ministra Bullrich supervisionou desde cedo a rigorosa operação implantada nos acessos à capital federal e nas estações de trem, onde veículos foram revistados e a documentação foi verificada, neste que foi o maior desafio enfrentado por Milei nas ruas desde o início de seu mandato, em 10 de dezembro passado.

Apesar do grande contingente de agentes de segurança, os governos nacional e da cidade de Buenos Aires não conseguiram evitar bloqueios de ruas, especialmente nas proximidades do Congresso. O tráfego foi interrompido na Avenida de Mayo e na 9 de Julio devido à presença massiva de manifestantes.

### **‘O salário não dá conta’**

Mesmo com o protesto marcado para o meio-dia, no período da manhã muitas pessoas já se dirigiam à Praça do Congresso, local marcado para a manifestação na capital do país, onde parlamentares fazem neste momento negociações intensas para decidir se aprovam as medidas propostas pelo governo.

Uma dessas manifestantes, entrevistada pela emissora C5N, resumiu assim sua motivação: “O salário não dá conta, o aluguel está nas nuvens”. Ela disse que tem um emprego, mas faltou para apoiar a manifestação. Mora em Lugano, bairro que fica a 50 minutos de condução, porém 3 horas de caminhada desde o Congresso. E

disse que não estava preocupada com o fato de que às 19h os transportes coletivos parariam de circular para aderir à greve. “Vou embora caminhando, não tem problema, porque essa greve é muito importante”.

“Estou chegando à praça do Congresso”, relatou ao Brasil de Fato às 13h30 o parlamentar do Mercosul Franco Metaza, militante da organização política La Cámpora. “São multidões que se aproximam numa jornada histórica convocada pelos sindicatos argentinos e atendida pela imensa maioria do povo. Todos os atores sociais da Argentina estão presentes”.

A principal mensagem do protesto é combater o “ajuste feroz que Milei está impondo aos trabalhadores argentinos, apoiado por Mauricio Macri”, disse, referindo-se ao ex-presidente (2015-2019). Segundo ele, em apenas um mês, o ajuste fez o poder aquisitivo dos argentinos, que já estava deteriorado, cair pela metade. “Hoje vivemos com menos de 100 dólares por mês”, disse.

Na opinião de Metaza, o empobrecimento da população não configura um erro de prática política. “É o plano que eles têm, que está saindo à perfeição. Precisam que a Argentina fique barata porque é isso que prometeram aos poderes estrangeiros, como o FMI e o Elon Musk. Querem entregar os recursos naturais, a água potável, o lítio e as reservas de xisto e gás. Isso representa um problema para toda a América Latina”, denunciou.

O parlamentar comentou também sobre a intenção de Milei de obter facultades extraordinárias para tomar decisões sem depender dos outros poderes, um dos itens do projeto de lei em discussão no Congresso. “É um avassalamento dos outros poderes da República, viola flagrantemente a Constituição e converte a Argentina em uma autocracia”.

A reportagem conversou também com um assistente social que atende moradores de rua, por meio de um programa pertencente ao conselho dos direitos das crianças da Cidade Autônoma de Buenos Aires (Caba). Ele pediu para não ter o nome divulgado por precaução, porque disse que muita gente está sendo demitida no funcionalismo público — a equipe

do seu programa foi reduzida de 60 para 38 pessoas — e por causa de cortes na folha salarial. Ele também teme represálias, uma vez que a capital é governada por Jorge Macri, primo do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), portanto do grupo de apoio ao governo Milei.

A situação das famílias em situação de rua em Buenos Aires já era “desastrosa” antes de Milei assumir. Um exemplo, diz ele, é o fato de que o governo da cidade paga um subsídio habitacional que cobre menos da metade da diária de um hotel “muito precário”. E hoje em dia, “a escalada inflacionária a partir da chegada de Milei ao poder fez com que as possibilidades de um sem-teto sair da rua são praticamente nulas”. A Argentina terminou 2023 com inflação de 211%, a maior do mundo e a mais alta em mais de 30 anos.

Edição: Lucas Estanislau

Fonte: Brasildefato



**SEESVTVSMR**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Transportes de Valores e Similares do Município de Petrópolis e Região (Três Rios, Paraíba do Sul, Teresópolis, Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Areal e Com. Levy Gasparian)

CGC nº 32.002.115/0001-01 - Código Sindical 000.261.05436-9.  
Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 03.10.88

Sede Própria: Rua Paulo Barbosa, 233 S/L 02 - Centro - Petrópolis/RJ CEP 25620-100  
Tel: 2237-4789 Fax: 2244-7882 Filiado à UGT /email:sindvigpet@yahoo.com.br



24 de enero de 2024

Sr. Daniel Scioli  
Embajador de la República Argentina en Brasil

El Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Transportes de Valores e Similares do Município de Petrópolis e Região, junto a la Confederación Sindical de trabajadores y trabajadoras de las Américas (CSA), expresión continental de la Confederación Sindical Internacional (CSI), manifestamos nuestra profunda preocupación por la situación que atraviesa Argentina.

Desde su asunción el pasado 10 de diciembre, el gobierno del presidente Javier Milei ha promovido varias medidas que generan profundos perjuicios al pueblo argentino, a sus trabajadoras y trabajadoras, a sus organizaciones y movimientos sociales.

**Respaldamos el paro nacional convocado por las centrales sindicales argentinas, CGT, CTA-T y CTA-A, este 24 de enero en rechazo al Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) y el proyecto de “ley ómnibus”, que violan los principios de división de poderes, los principios democráticos y el correcto funcionamiento de las instituciones y la norma constitucional.**

Algunas de las medidas del DNU 70/23 que afectan de manera sumamente negativa a los trabajadores y trabajadoras son: impone fuertes límites al ejercicio del derecho de huelga y a la realización de asambleas sindicales; amplía el período de prueba de 3 a 8 meses; permite desregular la jornada laboral y se modifica la regulación de las horas extras; facilita la tercerización y la intermediación laboral; reduce la indemnización por despido; debilita la ley de contrato de trabajo al reducir su aplicabilidad; elimina multas por empleo no registrado y por la falta de pago de las indemnizaciones. Por su parte, la ley ómnibus incluye una modificación del Código Penal que lleva la criminalización de la protesta social a niveles no vistos desde la última dictadura militar, entre las medidas claramente destinadas a limitar la acción sindical.

Si bien la justicia argentina dio lugar al reclamo realizado por la CGT emitiendo una medida cautelar que paraliza la implementación del segmento dedicado a las reformas laborales en el Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU), dicha resolución no es definitiva y el gobierno argentino ha anunciado reiteradamente que continuará y profundizará las medidas, mientras que el Congreso argentino debe debatir y definir la aprobación de la “ley ómnibus”.

Rua Paulo Barbosa, 233 – S/L 02 – Edifício Plaza – Centro – Petrópolis – RJ – CEP: 25620-100  
Tel: (24) 2237 4789 – Fax: (24) 2244 7882 – Email: sindvigpet@yahoo.com.br

**Sindicato dos Vigilantes de Petropolis manifesta  
solidariedade à greve**



# Justiça garante redução de jornada a pais de crianças com autismo

**Lei destinada a servidores federais é referência para decisões na iniciativa privada. Redução de jornada para o cuidado com filhos PCD garante princípios da dignidade humana e promove igualdade de oportunidades**

Foto: UNICEF/ONU



Casos de trabalhadores pais ou responsáveis por crianças com transtorno do espectro autista (TEA), dos setores público e privado têm conseguido na Justiça o direito à redução de jornada de trabalho sem desconto salarial para poderem dedicar tempo necessário aos cuidados com aos seus filhos dependentes. O entendimento do judiciário trabalhista tem se baseado na Lei 8.112/1990 que prevê horários especiais para servidores públicos federais, quando estes têm sob sua responsabilidade dependentes com deficiências.

Um dos casos que ganhou repercussão se refere à uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Bancários de Pelotas (RS), filiado à CUT, reivindicando da Caixa Econômica Federal (CEF), a adoção da redução não apenas para os trabalhadores com TEA, mas também aos demais bancários e bancárias com outras

deficiências (PCD). Além disso, a decisão do desembargador Roger Ballejo, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 4ª Região, foi extensiva aos pais e responsáveis de crianças com TEA e PCD.

Neste caso, trabalhadores da Caixa fazem parte da categoria de servidores federais que têm amparo na citada Lei 8.112 que garante esse direito. Mas, não somente no setor público as decisões têm sido favoráveis.

## **Outros casos**

Em junho de 2023, a Justiça do Rio Branco, no Acre, decidiu que um trabalhador da iniciativa privada, pai de criança diagnosticada com o transtorno do espectro autista, tivesse direito à redução da jornada de trabalho em duas horas diárias para cuidar do filho, também sem desconto no salário e tampouco exigência de compensação de carga horária.

Em setembro de 2023, a Justiça do Trabalho da 7ª Região, que abrange estados do Nordeste, também beneficiou uma trabalhadora que alegou não conseguir cuidar do filho com TEA, dada a carga horária de trabalho ser em horário comercial. Ela teve a jornada reduzida em 50%.

Há ainda mais decisões semelhantes em outros locais do país, um deles no estado de São Paulo. A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região determinou que a Fundação Casa de São Paulo reduzisse em 50% a jornada de um trabalhador nas mesmas condições.

## É um direito?

Por se referir somente a servidores públicos civis federais, a Lei 8.112 não abrange servidores municipais e estaduais, que ficam condicionados a leis e regras locais. Na iniciativa privada, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não tem nenhum dispositivo que discorra sobre o tema. Mas é possível garantir a redução de jornada, via Justiça do Trabalho.

A advogada especialista em Direito do Trabalho, Francielle Carvalho, sócia do escritório LBS, que presta assessoria jurídica à CUT e atuou no caso de Pelotas, explica que na CLT não há previsão de redução de jornada para esses casos, mas “o judiciário trabalhista tem justificado a redução na Constituição Federal e pela Convenção das Pessoas com Deficiência, já ratificada pelo Brasil, no Estatuto das Pessoas com Deficiência”.

“O Judiciário vem se utilizando desses mecanismos e justificando com o princípio da dignidade da pessoa humana e da tutela da saúde, o que por sua vez, se aplica, por analogia, à lei dos servidores federais, visando sempre alcançar um bem estar social das famílias das pessoas com deficiências” ela pontua.

A advogada reforça que o caminho a ser trilhado para que trabalhadores garantam a redução de jornada ou até mesmo o direito ao home-office, a depender do caso, deve passar por orientação jurídica e, em especial, com acompanhamento do sindicato da categoria à qual o trabalhador ou a trabalhadora pertença. “A atuação sindical é importante para pressionar que os direitos sejam garantidos”, ela afirma.

***Não temos previsão de redução de jornada para pais de PCD na CLT. É preciso buscar o apoio do sindicato, a orientação jurídica e a Justiça para garantir o direito. E pelo histórico, mesmo no setor privado a Justiça tem decidido favoravelmente ao trabalhador, seja ele mesmo a pessoa com deficiência aquele que tem alguém sobre sua dependência***

- Franciele Carvalho

## Pais e responsáveis de filhos com transtorno do espectro autista necessitam dedicar seu tempo ao trabalho de cuidado de seus filhos

A rotina envolve diversas atividades como levar a criança ou adolescente a médicos, terapeutas e demais cuidados. Muitas vezes a Justiça determina que haja uma redução, mas há também a alteração do regime de trabalho para o home-office.

“Em algumas situações é possível que essa mudança seja necessária para o cuidado com as pessoas com deficiência. Em outros casos é preciso a redução para acesso a tratamento, à educação”, diz a advogada.

Para ela, é preciso que a sociedade e o mercado de trabalho entendam que esses trabalhadores têm especificidades e atender às necessidades dessas pessoas é benéfico.

“Famíliares de PCD têm grande dificuldade para conciliar os horários com o trabalho de cuidado. Por isso, a execução dessas medidas pela Justiça é um passo importante na busca por igualdade de oportunidades para essas pessoas”, ela ressalta.

Ao citar a igualdade de oportunidades, a advogada se refere ao fato de que muitos genitores acabam deixando o emprego para poder cuidar de seus filhos PCD. E geralmente, ela salienta, são as mulheres, as mães, que acabam assumindo esse papel.

“É preciso entender que a participação direta da mãe é imprescindível para que o tratamento da criança tenha eficácia. A não concessão do direito violaria direitos e garantias fundamentais da pessoa humana”, observa.

Portanto, ela diz, para que essas pessoas tenham igualdade, elas precisam ter o acesso à saúde e à educação e é preciso fornecer mecanismos e políticas que proporcionem essa igualdade. Um desses mecanismos é buscar na Justiça o direito à redução da jornada.

Já no que diz respeito a políticas públicas específicas, o trabalho de cuidado, que abrange não somente pessoas com deficiências, mas também as demais crianças, idosos parentes com comorbidade, entre outros, tem sido debatido pelo governo federal.

Ainda no ano passado, foi formado um grupo interministerial para discutir a criação de uma Política Nacional do Cuidado, que deve ser elaborada pela Secretaria Nacional de Cuidados e da Família.

Fonte: CUT

# Conselho de Administração da Caixa aprova 7 novos vice-presidentes

**O anúncio foi feito pela própria Caixa, na manhã desta quarta-feira (24/1), em comunicado ao mercado. Um dos novos vices é interino**



O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal aprovou a nomeação de sete novos vice-presidentes, entre os quais um interino, para a instituição financeira.

O anúncio foi feito pela própria Caixa, na manhã desta quarta-feira (24/1), em comunicado ao mercado.

## **Veja os nomes aprovados:**

Adriano Assis Matias (Rede de Varejo);  
Laércio Roberto Lemos de Souza (Tecnologia e Digital);  
Marcelo Campos Prata (Logística, Operações

e Segurança);  
Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Paulo Rodrigues de Lemos Lopes (Sustentabilidade e Cidadania Digital);

Pedro Ermirio de Almeida Freitas Filho (Agente Operador);

Tarso Duarte de Tassis (Negócios de Atacado);  
Daniel de Castro Borges (vice-presidência interina de Pessoas).

Atualmente, a Caixa está sob comando de Carlos Vieira, nome ligado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e que sucedeu Maria Rita Serrano no comando do banco. Ele tomou posse em novembro do ano passado.

**Fonte: Metropoles**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF